

Galego e Português Brasileiro

história, variação e mudança



LaborHistórico

Volume 3 - Número 2 - jul./dez. 2017

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Sumário

Apresentação	10
---------------------	----

Xoán Carlos Lagares
Leonardo Lennertz Marcotulio

Dossiê Temático

Norma e autoridade linguística no galego e no português brasileiro	12
---	----

Henrique Monteagudo
Xoán Carlos Lagares

Language Policies and Linguistic Culture in Galicia	28
--	----

Anik Nandi

Considerações sobre os conceitos de língua e variedade: uma discussão com base no galego	46
---	----

Melina Souza

Dêixis de lugar e esquemas imagéticos em amostras de fala do português brasileiro e do galego contemporâneos	58
---	----

Maria Jussara Abraçado de Almeida
Rachel Maria Campos Menezes de Moraes

As construções de foco no galego é o que eu estou tentando entender	71
--	----

André Felipe Cunha Vieira

Convergência do léxico por contato entre o português brasileiro e o galego modernos	97
--	----

Valéria Gil Condé

Varia

Por que reeditar (e reler) "O tratamento você em português: uma abordagem histórica" 108

Christiane Maria Nunes de Souza

Clássicos

O tratamento "você" em português: uma abordagem histórica 114

Carlos Alberto Faraco

Considerações sobre os conceitos de língua e variedade: uma discussão com base no galego

Considerations on the concepts of language and variety:
a discussion based on the Galician

Recebido em 01 de julho de 2017. | Aprovado em 03 de setembro de 2017.

DOI: <http://dx.doi.org/10.24206/lh.v3i2.17125>

Melina Souza¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar discussão acerca das diferenças entre os conceitos de *língua* e *variedade*, notadamente a respeito de como o conceito de *língua* se constrói, a partir de que necessidades e com que objetivos. Essa discussão torna-se imperativa uma vez que partimos, em nossa pesquisa, dos usos do galego, do português europeu (PE) e do português brasileiro (PB), os considerando variedades de uma língua que convencionamos chamar de *galego-português*. Inserida em dois projetos maiores (a. *Galego e Português Brasileiro: história, variação e mudança* e b. *Linguagem em uso, cognição e gramática: cooperação acadêmica Brasil-Portugal*), a pesquisa tem como um de seus objetivos inserir o galego em um quadro comparativo até então preferencialmente formado de pesquisas com base na comparação entre PB e PE –, ampliando, dessa forma, o escopo comparativo até o momento utilizado na explicação de traços próprios do PB. Iniciamos nossas palavras pela definição de *língua* considerada pela Linguística Descritiva, seus elementos constitutivos e funções. Em seguida, elencamos três problemas advindos desse posicionamento estrutural, tendo por base a comparação entre o galego, o PB e o PE: o problema quantitativo, o histórico e o político. A discussão proposta nos levou a concluir que o debate em torno dos conceitos de *língua* e *variedade* está marcado pelas próprias representações de linguistas que se propõem a realizar tal discussão. Reforçamos, portanto, a necessidade de se ter a consciência de que, como linguísticas, sempre estamos nos posicionando politicamente – mesmo quando ignoramos esse fato –, atitude que, a nosso ver, é essencial à análise linguística.

Palavras-chave: língua; variedade; português brasileiro; português europeu; galego.

Abstract: In this work, we want to shed some light onto the following questions: what are the differences involved with the concepts of *language* and *variant* and, in particular, what are the basic needs and the goals linked to the mental process of language building? Since we, in our research, started from the current knowledge about how Galician, European Portuguese (EP) and Brazilian Portuguese (BP) are employed in everyday speaking, this discussion becomes imperative. We have also looked at these three languages as being linguistic variants of one and the same language, which we have decided to call *galician-portuguese*. Our work is embedded into a wider field of research, whose branches are: a) *Galician and brasilian portuguese: history, variants and changes* and b) *current language, cognition and grammar: Brasil-Portugal academic cooperation*, and one of our tasks is to insert the Galician as an object of study where, up to now, the work has been focused on comparisons between BP and EP. We hope, in this way to expand the comparative scope at our disposal when we try to explain the characteristic attributes of BP. We begin by stating, at first, the definitions of LANGUAGE, as usually employed by Descriptive Linguists, of its constituent elements and of its functions. We then proceed by presenting three problems originated by our point of view, which appear when we compare the Galician, The BP and the EP among themselves. These problems are: a) The quantitative problem b) the historical problem and c) the political problem. Our suggestion for discussing these issues has led us to the following conclusions: the debate involving

¹ Doutoranda em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense, mestre em Estudos de Linguagem e especialista em Língua Portuguesa, ambos pela mesma instituição. Com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), integra os projetos a. *Galego e Português Brasileiro: história, variação e mudança* e b. *Linguagem em uso, cognição e gramática: cooperação acadêmica Brasil-Portugal*. melinacsouza@gmail.com.

the concepts of LANGUAGE and VARIANT is contaminated by the pre-conceptions which inhabit the linguists minds, even before they decide to embark in such a difficult enterprise, We call, therefore, emphatically the attention to the fact that everybody must be conscious, while acting as linguists, that we are always taking a politically biased position - even when we are not aware of that - and this consciousness is, in our opinion, essential for a good linguistic analysis.

Keywords: language; variety; Brazilian Portuguese; European Portuguese; Galician.

Palavras iniciais

Cada vez que escrevo “língua galega”, forço-me a apagar o termo e volto a escrever: variedade galega. Sinto-me boiando nas águas do Minho, buscando suas margens, buscando diferenças. Olhando dali, posso enxergar o que há de belo em ambos os lados: então por que tem de estar separados? “É a minha língua”, diz Rosario. “É o meu país”. Essas afirmações parecem-me envoltas de apego e certeza. E quem não teria apego por uma língua que oferece “unha aperta e um bico” em lugar de “um abraço e um beijo”? Por outro lado, quem não perceberia o perigo de se tentar opor o galego ao castelhano ou ao português? “Um anan nom pode lutar com dous gigantes que cruzam os seus fogos”, diz Calero. Em meio a esses pensamentos, acordo como de um sonho e vejo que estou em terras distantes o bastante para não compreender as diferenças desses bens simbólicos. E sigo, pensando: afinal, quem sou eu para determinar respostas aqui do meu laboratório linguístico cheio de verdades construídas e manipuláveis?

Este artigo é parte integrante de nossa pesquisa², que, inserida em dois projetos maiores (a. *Galego e Português Brasileiro: história, variação e mudança* e b. *Linguagem em uso, cognição e gramática: cooperação acadêmica Brasil-Portugal*), tem como base a comparação das variedades do galego, do português europeu (PE) e do português do Brasil (PB).

O projeto *Galego e Português Brasileiro: história, variação e mudança* busca compreender fenômenos linguísticos observados no Brasil e na Galícia, levando em conta a raiz comum galego-portuguesa e o processo de mudança em cada uma das variedades observadas. Levando em consideração a confluência com o projeto *Linguagem em uso, cognição e gramática: cooperação acadêmica Brasil-Portugal*, a inserção do galego nesse quadro comparativo – até então preferencialmente formado de pesquisas com base na comparação entre PB e PE – visa ampliar o escopo comparativo até o momento utilizado na explicação de traços próprios do PB.

Por conta da brevidade deste artigo, no entanto, nele pretendemos, especificamente, trazer à tona a discussão acerca das diferenças entre os conceitos de *língua* e *variedade*, notadamente a respeito de como o conceito de *língua* se constrói, a partir de que necessidades e com que objetivos. Essa discussão torna-se imperativa uma vez que, como já dito, para realizar nossa análise, partimos dos usos do galego, do português europeu (PE) e do português brasileiro (PB), os considerando variedades de uma língua que convencionamos chamar de *galego-português*.

E por que inserir o galego nessa comparação, ou melhor, por que considerá-lo uma variedade junto ao português brasileiro e o português europeu? Apesar de a língua portuguesa ter sua origem histórica no romance da Gallaecia romana, como nos adverte Lagares (2012), há uma espécie de apagamento histórico em relação ao galego. Segundo o autor (op cit., p. 18 e 19):

[...] é habitual que as histórias do português pretendam dar conta das origens da língua procurando as fontes [...] na própria origem de Portugal como reino independente, argumentando, nesse caso, sobre o que teria sido o processo de separação ou de afastamento entre as variedades galegas e portuguesas. O galego, enfim, não costuma ocupar um lugar claro nas histórias da língua portuguesa, que oscilam entre simplesmente ignorar a sua existência histórica ou bem considerá-la um fardo do qual é preciso se libertar para delimitar as origens “puras” do português, dentro das fronteiras de Portugal. E, às vezes, ambas as posturas coincidem numa mesma obra.

² A pesquisa trata da relação entre tempo e finalidade, com base na Linguística Cognitiva (LANGACKER, 1991; 2016; DUQUE, 2015) e em contribuições da Físico-Química (PRIGOGINE, 2011). Em última instância, visa analisar como o tempo é projetado em frames de finalidade nas três variedades em tela.

Em nossa pesquisa, nos interessamos por essa história não contada na maior parte dos livros sobre a formação da língua portuguesa, pela parte mal contada (ou muito bem contada para o que objetiva). Nos interessamos, portanto, pelo galego como parte integrante desse *continuum* que desemboca na formação do português brasileiro, considerando Português Brasileiro, Português Europeu e Galego variedades de um mesmo sistema histórico que se convencionalizou intitular *galego-português*. Dessa forma, entendemos que um estudo que leve em conta as três variedades citadas vem trazer contribuições importantes para o quadro comparativo até então utilizado em pesquisas de cunho histórico comparativo.

Justificativa feita, voltemos ao que nos atêm a esta breve discussão. Neste artigo, para discorrer sobre as diferenças entre os conceitos de *língua* e *variedade*, procuramos refletir acerca dos problemas advindos da tentativa de se basear um estudo em dados puramente estruturais quando se objetiva buscar respostas que caracterizem determinado uso como uma língua ou uma variedade.

Iniciaremos pela definição de *língua* considerada pela Linguística Descritiva, seus elementos constitutivos e funções. Em seguida, elencaremos três problemas advindos desse posicionamento estrutural, tendo por base a comparação entre o Galego, o Português Brasileiro e o Português Europeu: o problema quantitativo, o histórico e o político.

A visão estrutural e seus consequentes problemas

Segundo a Linguística Descritiva, a língua é um conjunto ordenado de itens que se relacionam estruturalmente e desempenham funções linguísticas. Tais itens são identificados por meio de suas características contrastantes, ou seja, por oposição. Quanto à realização desses itens, a língua está sujeita à variação de uso, que deve ser analisada levando em conta fatores não só linguísticos mas também extralinguísticos (CASTILHO, 2010).

Se levarmos em conta apenas o aspecto estrutural de uma língua, devemos considerar que nela podem ser observadas unidades hierárquicas de seu esqueleto constituidor:

- A. o fonema: unidade mínima da estrutura fonológica que, embora porte significados, por si só não é significativa. A análise por meio da oposição nos permite classificar certas unidades como fonemas constituidores de palavras de uma língua;
- B. o morfema: unidade mínima de estrutura gramatical, é composto de significante e significado, e subdivide-se em duas classes: gramaticais (classe fechada) e lexicais (classe aberta). Os morfemas gramaticais de uma língua são poucos e regulares, ou seja, são formadores de padrões identificáveis em uma dada língua. Por outro lado, são constituidores de inúmeras combinações que nos levam a formações infinitas: os morfemas lexicais, ou apenas palavras. Unidades formadoras do léxico de uma língua, portanto, os morfemas gramaticais e lexicais nos podem dar pistas de sua formação e origem;
- C. o sintagma: combinação de classes linguísticas formadoras de enunciados, o sintagma é uma estrutura hierarquizada e maior que a palavra. Sua estrutura pode ter como núcleo um nome, um verbo, um advérbio, um adjetivo ou uma preposição. Formador de estruturas significativas mais amplas, os sintagmas (do ponto de vista estritamente estruturalista) formam as unidades sintáticas de uma língua;
- D. a sentença³: a “unidade gramatical máxima” (CASTILHO, 2010, p. 58).

³ A sentença foi inserida nesse grupo com certa contrariedade, já que suas características ultrapassam os limites puramente estruturais, associando propriedades não só fonológicas, morfológicas e sintagmáticas mas também sintático-funcionais, semânticas e pragmáticas, além dos componentes extralinguísticos. Nesse ponto, o ferramental da Linguística Descritiva de base saussureana torna-se insuficiente para análise e, assim, surgem correntes linguísticas para descrição que buscam dar conta dessas necessidades, como a Sociolinguística e o Funcionalismo, as quais veem a língua como um processo contínuo regido por necessidades sociais e funcionais. Dadas as limitações de espaço, não vamos discutir a importância de cada uma dessas correntes, só deixamos claro que, a partir delas, a descrição não deixa de ser crucial para análise linguística, já que “toda reflexão sobre a língua começa pela descrição das expressões” (op. cit. p. 59), mas o foco muda da forma para a função, da estrutura para o processo estruturante.

Respeitado esse arcaísmo, podemos considerar que, estruturalmente, línguas diferentes diferem também em relação a cada uma dessas unidades hierárquicas, ou seja, podemos diferenciar línguas elencando suas unidades formadoras e comparando-as. Essa afirmação, no entanto, nos leva a alguns problemas.

1. O problema quantitativo

O primeiro de nossos problemas está ainda no âmbito estrutural e é quantitativo: quantas diferenças são necessárias, dentro de cada aspecto elencado, para que possamos considerar que estamos diante de uma língua, e não de uma variedade? Ou seja, quantas ocorrências morfológicas, fonológicas e sintáticas distintas devem ser observadas?

Vamos tomar como base o galego. Álvarez (2014) aponta algumas das características morfossintáticas do galego que o diferenciam do PE e/ou do PB:

- A. uso do pronome “ti” para 2ª pessoa e como forma familiar, assim como o “vós”;
- B. uso de “nosotros” como referência a um sujeito mais um grupo fechado (diferente do “nós”);
- C. ausência da mesóclise no quadro de colocação pronominal;
- D. uso do dativo de solidariedade (*Dóecheme unha perna*);
- E. ausência de tempos compostos;
- F. uso da grafia “x” em palavras que, em PB e PE se escrevem com “j” (*xente*, em PB, *gente*; *xeito*, em PB, *jeito*).

Há também o fenômeno fonético da *gheada*, não considerado no uso formal, mas marcador da diferença.

Esses dados – em meio a outros não elencados nesta pesquisa⁴ –, no entanto, podem não ser por muitos linguistas considerados suficientes para caracterizar o galego uma língua diferente (no sentido estrutural) do português, já que as semelhanças, se listadas, seriam mais salientes que as diferenças. Além disso, qualquer falante português ou brasileiro se entenderia com um falante galego, mesmo que precisasse de alguns minutos para que *os ouvidos se acostumassem* (fato que seria igualmente previsto no contato entre falantes portugueses e brasileiros).

Antes de seguirmos para o próximo problema, realizaremos uma breve descrição do que, neste trabalho, entendemos por *variação* e *variedade*, por conta de considerarmos pertinente justificar o uso de conceitos concernentes à Teoria Variacionista fora do contexto fonológico.

Mollica (2004, p. 10) descreve a variação linguística como “um fenômeno universal [que] pressupõe a existência de formas linguísticas denominadas variantes”. As variantes, por sua vez, são denominadas como “as diversas formas que configuram um fenômeno variável, tecnicamente chamado de variável dependente” (op. cit., p. 11).

Uma variável é concebida como dependente no sentido que o emprego das variantes não é aleatório, mas influenciado por grupos de fatores (ou variáveis independentes) de natureza social ou estrutural. Assim, as variáveis independentes ou grupos de fatores podem ser de natureza interna ou externa à língua e podem exercer pressão sobre os usos, aumentando ou diminuindo sua frequência de ocorrência (idem).

A existência de fenômenos variáveis só nos é plausível se considerarmos a língua um sistema estruturado e heterogêneo, o que, a princípio, pode parecer contraditório. No entanto, a relação direta entre estrutura e homogeneidade, proposta por Saussure⁵, mostra-se inadequada na medida em que não leva em conta o papel da interação social.

⁴ Para um quadro completo de características estruturais do galego, ver *Normas ortográficas e morfológicas do idioma galego*, disponível em: <<http://www.xunta.es/linguagalega/arquivos/normasrag.pdf>>.

⁵ “Enquanto a linguagem é heterogênea, a língua assim delimitada é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes são igualmente psíquicas” (SAUSSURE, 2006, p. 23).

Assim, afirma Lucchesi (2004, p 49):

A concepção de língua como um sistema unitário, homogêneo e fechado em sua lógica interna apoia-se decisivamente na ideia de que a língua se impõe de maneira inexorável ao indivíduo. Assim sendo, o sistema estaria imune às intervenções das relações sociais. [...] Mostra-se, assim, insatisfatória a visão da língua e dos fatos sociais como “exteriores ao indivíduo”, pois não apenas a sua criação, mas também a sua conservação e mudança, são determinadas pelas relações sociais que se estabelecem entre os indivíduos da sociedade.

O autor resume o seguinte ponto de vista de Labov (2006, p. 125):

A associação entre estrutura e homogeneidade é uma ilusão. A estrutura linguística inclui a diferenciação ordenada dos falantes e dos estilos através de regras que governam a variação na comunidade de fala; o domínio do falante nativo sobre a língua inclui o controle destas estruturas heterogêneas.

É também Labov, em seu estudo sobre o grau de centralização dos ditongos /ay/ e /aw/ em Marthas Vineyard, visando à comprovação do papel da interação social na mudança linguística, que afirma:

[...] não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. Ou, dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo. (2008, p. 21).

Outro conceito fundamental para entendermos a Teoria Variacionista é o da equivalência semântica: “um estudo variacionista requer a equivalência no nível semântico/denotativo entre as variantes” (SILVA, 2004). Ou, nas palavras de Labov (2009): “the systematic study of variation begins with the finding of inherent variation in the realization of a linguistic variable: two alternatives ways of saying the same thing”⁶.

Há discussões acerca de essa exigência ser ou não cumprida fora do nível fonológico. Lavandera, considerada discipula de Labov, em *Variación y significado*, afirma:

El propósito de este trabajo es demostrar que em el estado actual de la investigación sociolingüística, resulta inadecuado extender a otros niveles de análisis de la variación, la noción de variable sociolingüística desarrollada originariamente sobre la base de datos fonológicos. Los estudios cuantitativos de variación que se ocupan de alternancias morfológicas, sintácticas y léxicas sufren de la falta de una teoría bien organizada de los significados (1984, p. 37)⁷.

No entanto, de acordo com Silva (op, cit., p. 69), para Labov, o que realmente está em jogo é “a manutenção do valor de verdade, do significado referencial [...]”. Essa extensão do conceito de equivalência semântica torna a noção de significado mais estrita e permite a análise de outros fenômenos, que não os fonológicos, a partir do método variacionista.

De acordo com Gorski (1994), o método variacionista, originariamente destinado a análises em nível fonológico, tem sido cada vez mais empregado no tratamento de fenômenos sintáticos e discursivos que não se enquadram perfeitamente dentro dos parâmetros exigidos para que um fenômeno seja considerado variável: manutenção do significado e possibilidade de ocorrência em um mesmo contexto.

Justificativa feita, seguiremos para nosso próximo problema: o de base histórica.

⁶ “O estudo sistemático da variação se inicia com a descoberta da variação inerente à realização de uma variável linguística: duas formas alternativas de se dizer a mesma coisa.”

⁷ “O objetivo deste trabalho é mostrar que, no estado em que se encontra a pesquisa sociolingüística, é inadecuado estendê-la a outros níveis de análise de variação, já que a noção de variáveis sociolingüísticas foi originalmente desenvolvida a partir de dados fonológicos. Os estudos quantitativos de variação que se ocupam de alternâncias morfológicas, sintáticas e lexicais sofrem com a falta de uma teoria bem organizada dos significados.”

2. O problema de base histórica

Galego e português, historicamente, são considerados ramos cujo tronco se desenvolve a partir de uma só raiz linguística, ambos integrados ao mesmo *continuum* românico.

De acordo com Venâncio (2016), até meados do século XIII, o português e o galego pouco se diferenciavam. O autor, em seu artigo *O passado galego do português*, chega às seguintes constatações:

Primeira constatação: até cerca de 1400, português e galego diferenciavam-se em simples questões de pormenor. E nós sabemos que isto é verdade. Os investigadores, galegos ou portugueses, apontaram até hoje, a norte e a sul do Minho, certas diferenças fonológicas e morfológicas, nenhuma das quais atinge qualquer estrutura do idioma. Segunda constatação: português e galego procediam ambos duma língua única, que durara de 1100 até ao século XV (VENANCIO, 2016, p. 92).

O processo de separação político-geográfica que leva a considerar galego e português línguas diferentes é longo e, dado o espaço que temos nesta comunicação, não poderemos descrevê-lo, mas nele consideramos o processo de Reconquista um marco:

Podemos afirmar que esse processo de separação se inicia por volta do ano 1000, quando surge, ao norte da Península, o movimento da Reconquista, um núcleo de resistência cristã ao domínio muçulmano. Nesse período, nos interessa a história de dois nobres franceses que participam do movimento: Dom Henrique e Dom Raimundo. Ao primeiro, Dom Afonso VI, rei de Leão e Castela, oferece a mão de sua filha Teresa, herdeira do condado Portucalense, região que mais tarde virá a formar parte do território de Portugal. Ao segundo concede a mão de Urraca, herdeira do governo da Galícia. É também Urraca que, mais tarde, herda os reinos de León e Castela. Em 1139, após a batalha de Ouriques, Dom Afonso Henriques, filho de dona Teresa, proclama-se rei de Portugal, região que, a essa altura, já possuía mais territórios conquistados, chegando até o rio Tejo. Já a Galícia, até então sob o domínio leonês, passa a território castelhano, fazendo parte, atualmente, do território espanhol (SOUZA, 2012, p. 27).

Teyssier (2007, p. 8) afirma que tanto a invasão muçulmana como a Reconquista são “determinantes na formação das três línguas peninsulares – o galego-português a oeste, o castelhano no centro, e o catalão a leste. Essas três línguas, todas nascidas no Norte, foram levadas ao Sul pela Reconquista”. Ainda segundo Teyssier (2007, p. 20):

Separando-se de Leão para se tornar independente, Portugal separava-se também da Galícia, que não mais deixaria de ficar anexada ao país vizinho – reino de Leão, reino de Castela e, finalmente, reino de Espanha. A fronteira, que no século XII isolou a Galícia de Portugal, estava destinada a ser definitiva.

O uso do termo *galego-português* por Teyssier para designar os usos a oeste da península já nos remete à heterogeneidade dessa variedade linguística: “à época, ainda não são reconhecidos como línguas o galego ou o português, mas sim usos, que podem ser classificados a partir da noção básica de romance e que, no século XIV, entram em processo de estabilização” (SOUZA, 2012, p. 26). Assim, o termo *galego-português* é utilizado como forma de representação de usos que apresentavam grande variação linguística e que passam a ser considerados línguas distintas por questões político-geográficas, já que a Galícia passa a domínio da atual Espanha – sofrendo o galego influências do castelhano, língua oficial imposta pelo Estado espanhol –, e Portugal, único território que fica fora do domínio de Leão e Castela, segue seu planejamento linguístico tomando atitudes políticas que visam à legitimação, como a fundação da Universidade de Coimbra no século XII, a utilização do português em documentos oficiais e a tradução da Bíblia para o português.

A distinção linguística entre o galego e o português, portanto, é, historicamente, fruto da necessidade de se buscar autonomia política e territorial por meio do processo de construção de um Estado-nação. A publicação de *Os Lusíadas*, em 1572, pode ser considerada marca definitiva desse processo, uma ode ao nacionalismo, um enorme esforço de tomar para si esses usos como sua língua, já que se busca torná-la o elo comum à nação portuguesa.

Bagno⁸ (2011, p. 34), em seu artigo *O português não procede do latim: uma proposta de classificação das línguas derivadas do galego*, no qual defende que a verdadeira origem do português está no galego, afirma:

O desejo ansioso de aproximação, no período renascentista, entre a recém-normatizada “língua portuguesa” e sua divina mãe, o latim, se manifesta explicitamente no discurso dos primeiros gramáticos, imbuídos ideologicamente da missão de conferir estatuto de beleza, riqueza, elegância e funcionalidade para a língua que a partir de então seria um dos muitos instrumentos do imperialismo português. Afinal, era preciso que um povo conquistador como o português também tivesse, como o povo romano conquistador, uma língua digna de se tornar elemento de unificação de um império que estava para ser criado [...].

Ao encontro das palavras de Bagno estão as de Venancio (op. cit., p. 94):

Repare-se: mesmo falando-se duma 'fase do galego-português', e duma 'evolução comum a partir do latim', em toda essa evolução está já presente, como que por magia, um idioma 'português'. Se o ousado rótulo de Carolina Michaëlis, galego-português, era já na altura uma correcção política, hoje continua a sê-lo. O problema é este: um português não consegue dar àquele idioma – que, no século XII, surge perfeitamente irreduzível, com estruturas de tal envergadura e tal complexidade que exigiram séculos de conformação – o único nome que verdadeiramente lhe cabe: galego. A simples ideia de que o galego possa ter sido algum dia o idioma de Portugal é-nos insuportável. Não resta dúvida: esse famoso galego-português é um passe de mágica, que, para conforto do nosso patriotismo, elimina intermediários entre o latim e o português.

Segundo Monteagudo (1999), o que, atualmente, denominados latim escrito e romance falado, numa tentativa de separar tais usos – em um momento de extrema heterogeneidade linguística – como se fossem opostos, são registros extremos de uma mesma língua: “en poucas palavras, a situação seria de endodiglossia funcional” (op. cit., p. 86). Só, então, a partir da emergência da escrita direta do(s) romance(s), que se começa a criar uma consciência metalinguística de que “era evidente que ‘aquilo’ non era a mesma língua có ‘latín’” (op. cit., p. 87) –, o que conduz à situação de diglossia clássica.

Em meio às considerações históricas, avistamos nosso terceiro problema: a atitude de se classificar o galego como língua ou variedade estritamente do ponto de vista estrutural, sem levar em conta a *questão política*.

3. O problema político

Calvet (2007, p. 80), ao tratar da ação de se nomear uma língua, afirma que a função da denominação de uma língua é a de revalorizá-la simbolicamente e “insistir na sua dimensão identitária”. Para discutirmos essa questão simbólica, algumas noções políticas nos parecem essenciais: as noções de língua legítima e oficial, e a comparação entre as ideologias do anonimato e da autenticidade.

“A língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder”, afirma Bourdieu (1996, p. 6). A partir dessa afirmação, podemos pensar a língua como instrumento de legitimação no processo de formação de um Estado-nação.

Com base nos estudos de Bourdieu (1993) e Garnham (1993), Hanks (2008) explica a legitimidade de uma língua dominante como resultado dos processos de padronização e hierarquização de certos modos de falar e escrever, escolhidos pelas classes dominantes e pelo grande público, forjando-se, na maioria das vezes, uma unidade linguística. Essa língua, imposta pelo aparato educacional do Estado e pela família, é reconhecida como legítima e utilizada como base normativa na comparação com outras variedades ou línguas locais. Em outras palavras, cria-se uma hierarquia de valores no mercado linguístico. Nas palavras de Bourdieu:

⁸ O autor nega o uso do termo *galego-português* em prol do uso do termo *galego* para designar a língua que surgiu antes de Portugal e antes do português, afirmando: “O que aprendemos e ensinamos no Brasil e em Portugal até hoje nas aulas de história da língua portuguesa é uma falácia histórico-geográfica: ‘o português vem do latim’. Nada disso: o português vem do galego. O galego é que é, sim, uma língua derivada da variedade de latim vulgar que se criou no noroeste da Península Ibérica” (op. cit., p. 35).

Quando uma língua domina o mercado, é em relação a ela, tomada como norma, que se definem, ao mesmo tempo, os preços atribuídos às outras expressões e o valor das diferentes competências. A língua dos gramáticos é um artefato que, universalmente imposto pelas instâncias de coerção linguísticas, tem uma eficácia social na medida em que funciona como norma, através da qual se exerce a dominação dos grupos. Detendo os meios para impô-la como legítima, os grupos detêm, ao mesmo tempo, o monopólio dos meios para dela se apropriarem (BOURDIEU, 1996, p. 11).

Dessa forma, no processo de formação de uma língua oficial, além das condicionantes históricas (e embutidas nelas), há relações de poder que envolvem a constituição de governos, a ordem econômica e o domínio estatal.

Em relação à situação atual do galego e do castelhano, podemos notar que, mesmo tendo sido reconhecido o *status* de língua oficial do galego, a partir da Lei de normalização linguística (LNL) de 1983, a situação de diglossia mantém ainda latente um conflito linguístico decorrente da hegemonia do castelhano como idioma representativo do poder.

Em defesa da unidade nacional e da expansão global da língua, cria-se um cenário em que o espanhol é colocado em posição de neutralidade, um idioma que deve ter sua norma difundida como modelo. Partindo do conceito da *ideologia do anonimato*, tomado de Woolard (2008), Lagares explica que a autoridade das línguas hegemônicas baseia-se nessa imagem de aparente indiferença; busca-se a unificação a partir da criação ilusória de unidade, alheia às diferenças sociais e culturais.

Chauí (2004, p. 388), ao tratar das divisões sociais e das relações de trabalho afirma que “cada um, por causa da fixidez e da repetição de seu lugar e de sua atividade, tende a não percebê-las como instituídas socialmente e a considerá-las naturais”. Essa mesma noção, se levada ao terreno linguístico, pode ser tomada para explicar de que forma trabalham as forças político-ideológicas atuantes no território espanhol. Segundo Bagno (2001, p. 11), a norma-padrão é composta de um conjunto de prescrições normativas instituídas “pela prática pedagógica conservadora e pelos empreendimentos puristas da mídia” e em nada se aproxima aos usos concretos e efetivos da língua. Por meio, portanto, da “fixidez e da repetição”, a interposição do castelhano é tomada como resultado de um movimento natural. Institui-se, dessa maneira, a língua de prestígio.

Já em relação ao português, nas *Normas ortográficas e morfológicas do idioma galego*, texto aprovado pela Real Academia Galega e pelo Instituto da Língua Galega em 2003, podemos notar a defesa de uma posição autonomista. O documento considera o português peninsular e o do Brasil algo como suas *línguas irmãs*, mas frisa suas diferenças, o que pode ser depreendido de um de seus princípios, exposto a seguir:

Valorar a contribución do portugués peninsular e brasileiro, mais excluír solucións que, aínda sendo apropiadas para esa lingua, sexan contrarias á estrutura lingüística do galego. O punto de partida e de chegada en calquera escolha normativa ha de ser sempre o galego (XUNTA DE GALICIA, 2005, p. 7)⁹.

Esse posicionamento demonstra a busca (legítima) de autonomia e nos parece marcado pelo que Woolard (2007) denomina *ideologia da autenticidade*.

A ideologia da autenticidade está associada às línguas minoritárias, como o galego, e a variedades não *standard*. Em comparação com a ideologia do anonimato, Woolard mostra que a autenticidade valoriza a língua como privada e particular mais que como pública e genérica (p. 132). Se a autenticidade é utilizada como ideologia que legitima uma língua, então ela ganha valor. Esse capital, no entanto, é mais social que linguístico, mais centrado em quem fala do que no que é dito.

Em conferência na Universidade Federal Fluminense, intitulada *Galego e português: unha orixe, dúas línguas* (2014), a professora Rosario Álvarez justificou seu posicionamento – presente já no título de sua apresentação – como resultante, principalmente, da construção cultural dos dois países (Álvarez denomina a Galícia como *seu país*

⁹ “Avaliar a contribuição do português peninsular e brasileiro, mas excluír soluções que, embora sendo apropriadas para essa língua, sejam contrárias à estrutura linguística do galego. O ponto de partida e de chegada a qualquer escolha normativa tem de ser sempre o galego.”

a todo momento em sua exposição) e afirmou que as diferenças linguísticas são sentidas mais no sentimento do falante que em dados estatísticos. Nas palavras de Álvarez:

[...] é muito difícil decidir se duas línguas não são mais a mesma língua ou são variantes de uma mesma língua. A meu entender há muitos fatores que são objetivos e outros que são subjetivos, fatores que são de uma construção cultural. Portanto, não podemos afirmar que uma língua é ou não é uma língua em termos matemáticos [...] Eu acredito que o que funciona é o sentimento do falante, mais que o do linguista. Porque o linguista pode ter sua constituição cultural própria, pode através do ensino, da investigação ou do conhecimento, chegar a organizar seu pensamento de uma certa maneira que não tenha base científica. O falante, que pertence a uma comunidade linguística, sabe qual é a sua comunidade linguística, tem consciência dessa comunidade linguística e, portanto, considera que fala a língua dessa comunidade, e não a língua do outro. Isso, para mim, é o que é determinante. Se colocarmos em qualquer ponto da fronteira galego-portuguesa (sem dizer quem é, filho de quem, de onde é, de onde vem [...]), simplesmente, falam) dois desconhecidos: um falante de um lado da fronteira, outro falante de outro lado da fronteira. Em qualquer lugar, digamos que os dois falem, sem dúvida, todos os falantes de um lado a outro da fronteira, vão saber quem fala galego e quem não fala galego, sem errar¹⁰.

Álvarez afirma, então, que os resultados de uma pesquisa que vise comparar o galego com o português não podem ir de encontro ao sentimento dos falantes, apesar de concordar que esse “sentimento” não pode ser levado a cabo em pesquisas diacrônicas que busquem analisar o *continuum* galego-português. Assevera ainda que – apesar de o seu trabalho ter cunho descritivo-estrutural – essas diferenças estruturais não são as mais determinantes e comenta: “entre o português e o italiano também há inúmeras semelhanças, mais que diferenças, e os consideramos línguas distintas.”

De acordo com Woolard (op. cit., p. 132), essa relação icônica da língua com a pessoa é em si mesma a essência da autenticidade. A fala de Álvarez, portanto, mais que a de uma linguista, é a fala de uma galega e a coloca em posição representativa de autêntico membro dessa sociedade. A questão político-cultural, portanto, sobrepõe-se a qualquer tentativa de justificativa de base estrutural, e mesmo a atitude de se marcar as diferenças estruturais já é, por si só, uma atitude política.

Bagno (2001), da mesma forma, defendendo sua visão de que o português brasileiro já pode ser considerado uma língua diferente do português europeu, apesar de buscar também elencar diferenças estruturais entre os dois usos, afirma que “admitir a diferença entre as línguas do Brasil e de Portugal é admitir, como normalmente se admite, a *diferença entre as culturas*”, deixando claro, em sequência, tratar-se de uma questão identitária.

Podemos notar que os posicionamentos de Álvarez e Bagno se aproximam, na medida em que ambos se empenham em atestar diferenças estruturais frente ao português europeu. No entanto, como mesmo afirma Bagno (op. cit., p. 39), o PB é uma variedade em ascensão cujo número de falantes se aproxima de 200 milhões, o que não ocorre com o galego, considerado “uma microlíngua [...] antieconômica no mundo atual, em que som ininteligíveis e inviáveis as unidades microscópicas” (CALERO, 1981, p. 19).

No caso específico do galego, Calero (idem) nos chama atenção para o perigo acarretado pela postura isolacionista:

O nacionalismo lingüístico que propugna o isolamento do galego, parece inconsciente manifestação de vassalagem ao ponto de vista centralista castelam. O isolacionismo frente ao português, que é historicamente umha dependência do galego, nom pode conduzir senom ao bloqueio das possibilidades de expansom do nosso idioma, o qual, reduzido a um número pequeno de falantes e escreventes nom poderia resistir com éxito à pressom do espanhol oficial.

¹⁰ A transcrição da gravação foi feita na variedade brasileira e realizada pela autora durante a Conferência *Galego e português: unha orixe, dúas línguas*, apresentada pela professora Rosario Álvarez Blanco, no Instituto de Letras da UFF, entre os dias 22 e 24 de abril de 2014.

O autor segue demonstrando que o fato de o PE estar fixado deve ser aproveitado para que o galego também se fixe a partir dessa experiência.

Considerar o galego, o português europeu e o português brasileiro variedades de um mesmo sistema linguístico histórico demonstra, portanto, uma postura política integracionista que visa não só à legitimação do vínculo histórico entre galego e português, mas também – e por conta disso – à sobrevivência do galego contemporâneo perante as incessantes tentativas de sobreposição do espanhol.

Considerações finais

Pensar *sobre* indica distanciamento;
pensar *em* indica o mergulho.
(RAJAGOPALAN, 2003, p. 13)

A discussão proposta neste artigo, nos levou a concluir que o debate em torno dos conceitos de *língua* e *variedade* está marcado pelas próprias representações de linguistas que se propõem a realizar tal discussão. Como afirma Bourdieu (In CALVET, 2004, p. 186): “pola súa formación e polos seus intereses específicos, os investigadores queren erguese en xuíces de todos os xuízos e en críticos de todos os criterios, prohíbense coñecer a lóxica propia dunha loita”¹¹.

Essa constatação e a análise dos problemas levantados demonstram a necessidade de se assumir uma atitude integradora quando da comparação entre línguas ou variedades. Como podemos perceber, uma tentativa de análise que tome por base apenas aspectos estruturais não será bem executada, já que, muitas vezes, tais dados não se mostram suficientes para diferenciá-las.

Da mesma forma, uma análise de base histórica não se mostra suficiente caso não esteja atrelada a determinado posicionamento político. Invocando Donald Davidson, Rajagopalan (2003, p. 28) nos lembra de que “a facilidade com que costumamos falar de línguas tende a ofuscar o fato elementar de que tais entes inexitem no mundo real, mas são verdadeiros construtos criados em resposta a certas demandas históricas.” Isso quer dizer que, se não houver cautela quanto à veracidade e à intencionalidade dos dados, além de quanto ao contexto em que a História é produzida (e ela é mesmo produzida, construída), podemos acabar por reproduzir uma narrativa que apaga muitos fatos.

A consciência de que *sempre* estamos nos posicionando politicamente – mesmo quando ignoramos esse fato – é, portanto, essencial à análise linguística.

Referências bibliográficas

- ÁLVAREZ, Rosario. *Galego e português: unha orixe, dúas línguas*. Conferência apresentada na Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 22 a 24 abr. 2014.
- BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro?* São Paulo: Parábola, 2001.
- BAGNO, Marcos; LAGARES, Xoán Carlos (Orgs.). *Políticas da norma e conflitos lingüísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BAGNO, Marcos. *Grial: revista galega de cultura*, ISSN 0017-4181, Nº. 191, 2011, págs. 34-39. Disponível em: <http://www.editorialgalaxia.es/imxd/libros/doc/1320761642191_Marcos_Bagno.pdf>. Acesso em: jul. 2015.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. O que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996.
- CALERO, Ricardo Carballo. *Problemas da língua galega*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.
- CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial, IPOL, 2007.
- CALVET, Louis-Jean. *Por una ecoloxía das linguas do mundo*. [S.l.]: Edicións Laiovento, 2004.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

¹¹ “Pela sua formação e por seus interesses específicos, os investigadores querem se colocar como juizes de todos os juízos e em críticos de todos os critérios, proibindo-se conhecer a lógica própria de uma luta.”

- CHAÚÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2004.
- DUQUE, Paulo Henrique. Discurso e cognição: uma abordagem baseada em frames. *Revista da Anpoll*, n. 39. Florianópolis, jul./ago. 2015. p. 25-48.
- FILMORE, Charles J. Frame semantics. In: GEERAERTS, Dirk. *Cognitive linguistics: basic readings. Cognitive Linguistics Research*, n. 34. Berlin/New York: Moutont de Gruyter, 2006. cap. 10.
- GIBBS, Raymond W.; COLSTON, Herbert L. The cognitive psychological reality of image schemas and their transformations. In: GEERAERTS, Dirk. *Cognitive linguistics: basic readings. Cognitive Linguistics Research*, n. 34. Berlin/New York: Moutont de Gruyter, 2006. cap. 7.
- GORSKY, E. M. *O tópico semântico-discursivo na narrativa oral e escrita*. 1994. Tese (Doutorado), Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- HANKS, F. Willian. *Língua como prática: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2008.
- JOHNSON, Mark. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination, and reason*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1987.
- LABOV, William; WEINREICH, Uriel; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno; Maria Marta Pereira Scherre; Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LABOV, William. *Enigmas of uniformity*. Ottawa, Canadá, 2009. Disponível em: <<http://www.ling.upenn.edu/~wlabov/PowerPoints/PowerPoints.html>>. Acesso em: ago. 2012.
- LANGACKER, Ronald W. *Foundations of cognitive grammar. v. 2: Descriptive application*. Stanford: Stanford University Press, 1991.
- LANGACKER, Ronald W. *Linguistic construal and conceptual analysis*. San Diego: University of California. Minicurso ministrado no V Workshop do Linc/I Workshp internacional do Linc. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, out. 2016.
- LAGARES, Xoán Carlos. Galego-português-brasileiro: os desafios de uma perspectiva histórica integrada. In: LAGARES Carlos, Xoán; MONTEAGUDO, Henrique. *Galego e Português Brasileiro: história, variação e mudança*. Niterói: Editora da UFF; Santiago de Compostela: USC, 2012.
- LAVANDERA, Beatriz A. *Variación y significado*. Buenos Aires: Libreria Hachette S. A., 1984.
- LUCCHESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. 27. ed. Prefácio de Isaac Nicolau Alum. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SILVA, Vera Lúcia Paredes da. Relevância das variáveis linguísticas. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2004.
- SOUZA, Melina Célia e. *A e para: uso e desuso. Uma comparação entre o galego e o português brasileiro* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- VENANCIO, Fernando. O pasado galego do português. *Revista Grial*, n. 206, Vigo, 2015. p. 89-95.
- WOOLARD, Kathryn A. La autoridad lingüística del español y las ideologías de la autenticidad y el anonimato. *La lengua, ¿patria común?* Ideas e ideologías del español. [S.l.]: Vervuert, Iberoamericana, 2007.
- XUNTA DE GALICIA. *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*, 2005. Disponível em: <<http://www.xunta.es/linguagalega/arquivos/normasrag.pdf>>. Acesso em: ago. 2014.